

TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1.** Este Termo de Referência engloba o conjunto de elementos necessários e suficientes para a caracterização do objeto.
- 1.2.** Sugere-se a adoção do procedimento administrativo de **CONTRATAÇÃO DIRETA** por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 2.1.** Este Termo de Referência foi elaborado conforme art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei 14.133/2021 e demais normas correlatas.

3. DO OBJETO

- 3.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto **AQUISIÇÃO DE SEIS INSCRIÇÕES PARA O CONGRESSO NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – CONBRASIL 2026, NOS DIAS 25 A 28 DE MAIO DE 2026.**
- 3.2.** As especificações, unidades e quantidades da presente aquisição estão descritas no **Anexo I** deste Termo.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE EM GERAL

- 4.1.** A Secretaria Municipal de Licitações e Compras (SMLIC), conforme o art. 14 da Lei Municipal n. 2.690, de 11 de março de 2025, é competente, em síntese, por orientar e auxiliar os órgãos e entidades municipais em relação aos procedimentos dos processos de compras e às melhores práticas de aquisição de bens e contratações de serviços, padronizar e uniformizar expedientes, promover as licitações, contratações diretas, procedimentos auxiliares e cadastro de fornecedores, centralizar preferencialmente os processos para as aquisições e contratações, gerenciar atas de registro de preços e monitorar os contratos administrativos da Administração Pública Municipal direta.
- 4.2.** O Decreto Municipal n. 083/E, de 11 de agosto de 2025, que regulamenta os princípios, normas e diretrizes gerais de gestão de compras no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, dispõe expressamente que a SMLIC é o órgão responsável pelas diretrizes de gestão de compras e pela operacionalização dos serviços decorrentes de suas competências (art. 26), incluindo a condução dos procedimentos licitatórios, auxiliares e de contratações diretas.
- 4.3.** Para o exercício das suas competências, a SMLIC deve observar diversas normas e princípios que norteiam a Administração Pública, dentre os quais se destacam o art. 37, caput e inciso XXI da Constituição Federal, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal n. 14.133/2021), especialmente seu art. 11, caput e parágrafo único, que dispõe sobre os objetivos do processo licitatório (caput) e o dever da governança das contratações com a implementação de processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput do artigo, para promover um ambiente íntegro e confiável, que assegure o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias, assim como para promover a eficiência, a efetividade e a eficácia em suas contratações.
- 4.4.** O treinamento, capacitação e aperfeiçoamento dos agentes públicos que atuam nos processos de compras e contratações é fundamental para o alcance dos objetivos e finalidades da Lei Federal n. 14.133/2021, incluindo a obtenção dos melhores resultados no atendimento do interesse público envolvido em cada aquisição ou contratação realizada pela Administração Pública Municipal.



- 4.5.** A própria Lei Federal n. 14.133/2021 traz maior enfoque e importância à necessidade de desenvolvimento dos agentes públicos que atuam nas licitações e contratações públicas, conforme as disposições previstas no inciso I do art. 7º, inciso X do § 1º do art. 18 e inciso I do § 3º do art. 169.
- 4.6.** A SMLIC, desde 2025, tem intensificado a promoção e realização de ações de desenvolvimento, contemplando todos os órgãos e entidades municipais, sendo ministrados em sua grande maioria pelos agentes públicos da SMLIC, SMCT e PGM, quando realizados de forma conjunta.
- 4.7.** Contudo, além das apresentações, palestras, treinamentos e capacitações idealizadas e executadas pela SMLIC, a busca por ações de desenvolvimento disponíveis no mercado também faz parte do Plano de Desenvolvimento em Licitações e Contratos (PDLIC), que está sendo elaborado pela SMLIC.
- 4.8.** Nesse sentido, constatou-se a realização do CONBRASIL 2026, Congresso Nacional de Licitações e Contratos, a ser realizado entre os dias 25 e 28 de maio do corrente ano, em Brasília (DF). Serão 32 (trinta e duas) horas de palestras, cujos temas são de extrema relevância para a melhoria das atividades profissionais desenvolvidas pelos agentes públicos que atuam na área, sendo ministradas pelos melhores profissionais do país, todos com notório conhecimento em licitações e contratações públicas.
- 4.9.** Dentre os palestrantes encontram-se dois Ministros do Tribunal de Contas da União: Benjamin Zymler e Antônio Anastasia, assim como o Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Pernambuco, professor e doutrinador Marcos Nóbrega.
- 4.10.** Ronny Charles, Christianne Stroppa, Paulo Reis, Karine Lílian, Rafael Jardim, Evaldo Ramos e Matheus Carvalho também encontram-se confirmados como palestrantes no congresso a ser realizado em Brasília (DF) pela Con Treinamentos.
- 4.11.** A programação completa do congresso consta acostada nos autos, razão pela qual justificamos o investimento na aquisição de seis inscrições para que parte da equipe da SMLIC possa participar desse evento de desenvolvimento na área, com acesso aos melhores professores e profissionais da área, possibilidade de network com outros profissionais que atuam na Administração Pública e obtenção de conhecimentos que proporcionarão melhor qualificação técnica nos procedimentos de competência desta Secretaria.
- 4.12.** Desta forma, justificamos a necessidade e importância da aquisição de seis inscrições para o CONBRASIL 2026, na modalidade presencial, a ser realizado em Brasília (DF) entre os dias 25 a 28 de maio de 2026, tendo em vista a qualidade técnica dos temas escolhidos para as palestras, assim como a escolha dos profissionais palestrantes, todos com notório conhecimento na área de licitações e contratações públicas.

5. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

5.1. No que pese a vigência da Lei Federal nº 14.133/2021, sobretudo, a necessidade estampada de período para implantação e realização de possíveis ajustes da referida Lei, tal como, a previsão contida no art. 12, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/2021 conjugado com o Decreto Municipal nº 083/2025, que recomendam a elaboração do Plano de Contratações Municipal (PCM), destacamos que o objeto da presente demanda encontra-se presente no Plano de Contratações Municipal (PCM).

6. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

- 6.1.** O treinamento e aperfeiçoamento de pessoal consiste em serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme a alínea “f” do inciso XVIII do art. 6º da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 6.2.** A contratação desses serviços, com profissionais ou empresas de notória especialização, é uma das hipóteses de inexigibilidade de licitação, de acordo com a alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021. O § 3º do mencionado dispositivo legal dispõe que: [...] considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos



relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

6.3. A busca por profissionais altamente qualificados, com notória especialização, na forma prevista em lei, é medida que se impõe para que o treinamento dos agentes públicos municipais possa alcançar os melhores resultados possíveis, razão pela qual justifica-se sua contratação através da inexigibilidade de licitação.

6.4. Além disso, o congresso que se almeja a aquisição das inscrições é evento aberto, nacionalmente reconhecido, realizado por empresa especializada em ações de desenvolvimento na área de licitações e contratos administrativos, com datas e local pré-determinados: de 25 a 28 de maio do corrente ano, em Brasília (DF). Logo, a contratação por inexigibilidade resta justificada também pela impossibilidade de qualquer ingerência por parte dos eventuais contratantes, assim como pelo conjunto de temas a serem abordados com os palestrantes confirmados, não havendo outro evento igual ou similar pelas razões expostas.

6.5. Ressalta-se, por oportuno, que por tratar-se de evento aberto, pré-determinado, com qualquer impossibilidade de ingerência por parte desta Administração Pública Municipal, sendo o único com o conjunto de palestras e palestrantes indicados na programação, nas datas e local definidos, a realização de estudo técnico preliminar (ETP) resta dispensada nos termos do inciso III do art. 41 do Decreto Municipal n. 083/E, de 11 de agosto de 2025.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. DA SUBCONTRATAÇÃO:

7.1.1. Não será permitida a subcontratação do objeto da presente contratação, considerando que se trata de inscrição em curso de capacitação específico, a ser realizado por instituição promotora do evento, cuja programação, conteúdo programático, metodologia e corpo técnico são de responsabilidade exclusiva da organizadora.

7.2. DA GARANTIA CONTRATUAL:

7.2.1. Não será exigida garantia contratual, considerando que o objeto da contratação consiste na inscrição de participantes em evento de capacitação de curta duração, com pagamento correspondente às vagas disponibilizadas pela organização do evento.

7.2.2. Além disso, trata-se de contratação de baixo valor e de execução imediata, não se mostrando necessária a exigência de garantia contratual adicional, em observância aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade.

7.3. DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

7.3.1. A proposta deverá contemplar o valor da inscrição individual para participação no evento em questão.

7.3.2. O valor proposto deverá incluir o acesso integral à programação do evento, palestras, painéis, oficinas e demais atividades previstas pela organização.

7.3.3. A proposta deverá indicar o período de realização do evento, bem como o local de realização e as condições de participação.

7.3.4. valor da inscrição deverá compreender todos os custos inerentes à participação no evento, incluindo material didático, certificação e demais itens eventualmente disponibilizados pela organização.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. DO LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO CURSO



Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC
 Superintendência de Centralização de Demandas – SUCEDE
 Gerência de Processos Centralizados – GEPRO
 Divisão de TR e Pesquisa de Preços – DTRP



8.1.1. A capacitação será realizada no Windsor Plaza Brasília, situado no seguinte endereço: SHS Quadra 05 Bloco H - Asa Sul, Brasília – DF, local definido pela organizadora do evento.

8.1.2. O evento ocorrerá no período de 25 a 28 de maio de 2026, conforme programação oficial detalhada constante nos autos.

8.2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.2.1. A participação ocorrerá conforme programação oficial definida pela organização do evento, detalhada nos autos.

8.2.2. A contratada deverá garantir o acesso dos participantes inscritos às atividades previstas na programação, incluindo palestras, painéis, oficinas e demais atividades formativas.

8.2.3. Ao final da capacitação, deverá ser disponibilizado certificado de participação aos inscritos que cumprirem os critérios estabelecidos pela organização do evento.

8.3. DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

8.3.1. Sempre que possível, a organização do evento deverá adotar práticas voltadas à sustentabilidade, tais como:

8.3.1.1. Incentivo ao uso racional de recursos durante a realização do evento;

8.3.1.2. Adoção de práticas que reduzam a geração de resíduos.

8.3.2. A adoção dessas práticas não poderá comprometer a qualidade da capacitação ou o acesso dos participantes ao conteúdo programático.

8.4. O preço acordado será fixo e irrevogável, não sendo admitida qualquer forma de correção ou atualização monetária durante a vigência da contratação.

8.5. O valor pactuado abrangerá todos os encargos incidentes, inclusive impostos, taxas, materiais, encargos administrativos e quaisquer despesas relacionadas à execução do objeto, ainda que não expressamente indicadas, não sendo cabíveis acréscimos posteriores.

8.6. A contratação será formalizada pela Secretaria Municipal de Licitação e Compras (SMLIC), por meio da emissão da Nota de Empenho de despesa, ou instrumento hábil equivalente, conforme previsto no Art. 95 da Lei 14.133/2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

9.1. São obrigações da **Contratante**:

9.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço.

9.1.2. Exigir a qualquer tempo da CONTRATADA os documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhista, fiscais e comerciais decorrente da execução do contrato, bem como todas as qualificações que ensejarem sua habilitação.

9.1.3. O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de despesas, na forma autorizativa do art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, a critério da Secretaria Municipal de Licitação e Compras (SMLIC).

9.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA em conformidade com o disposto neste Termo de Referência.

9.2. São obrigações da **Contratada**:

9.2.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do serviço, salvo mediante autorização expressa da unidade CONTRATANTE, em comum acordo, respeitadas as disposições legais aplicáveis.



9.2.2. Executar o serviço de forma integral, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e com todos os itens obrigatórios para a adequada prestação do objeto contratado.

9.2.3. Realizar curso técnico-profissional especializado, de natureza não continuada e sem dedicação exclusiva de mão de obra, voltado à capacitação e atualização técnica dos servidores públicos desta SMLIC.

9.2.4. Prestar o serviço de forma presencial, entre os dias 25 a 28 de maio de 2026, em Brasília/DF.

9.2.5. Oferecer conteúdo programático estruturado conforme apresenta na proposta, em anexo.

9.2.6. Emitir certificado de participação, em formato físico ou digital, com carga horária correspondente ao total do curso, válido como comprovação de capacitação técnica e atualização profissional dos servidores.

9.2.7. Assegurar que o corpo docente seja composto por profissional de notório saber e reconhecida experiência.

9.3. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.3.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pela prática das infrações dispostas no artigo 155, e incisos, da Lei nº 14.133/2021;

9.3.2. Serão aplicadas, ao(s) responsável(is) pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, observados os dispositivos constantes no §1º, do artigo 156, da Lei nº 14.1333/2021, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.3.3. A aplicação das sanções previstas no item anterior não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração;

9.3.4. NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO OBSERVADAS:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.5. No caso de sanção de multa, serão estabelecidos os seguintes percentuais:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias corridos;

a.1) O atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) Compensatória, de 5% a 10% do valor do Contrato, estabelecida por decisão da autoridade máxima do órgão.

9.3.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.3.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;



9.3.8. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa discriminada no inciso I, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, qual seja: dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.3.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do caput, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

9.3.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

9.3.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

9.3.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.3.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.1333/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

9.3.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

9.3.16. No caso de aplicação de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3.17. Será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente, com o disposto nos incisos I ao V, do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021;

9.3.18. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.



9.4. DO GESTOR DO CONTRATO:

9.4.1. O gestor do contrato é responsável pelo gerenciamento das atividades relacionadas à execução contratual, à fiscalização técnica, administrativa e/ou setorial, bem como dos atos necessários à instrução do processo de compras, da prorrogação, reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico financeiro, da alteração, do acréscimo, da supressão, do pagamento, da aplicação de sanções, da extinção dos contratos, entre outros, conforme o inciso VII do art. 3º, observados as atribuições indicadas no art. 64 do Decreto Municipal nº 014/E de 24 de fevereiro de 2026.

9.5. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

9.5.1. As funções de fiscalização administrativa, técnica e/ou setorial de cada contrato poderão ser exercidas, em conjunto ou individualmente, por um ou mais fiscais, conforme designação, considerando a estrutura organizacional do órgão ou entidade contratante e a complexidade do objeto contratado, observadas as disposições do inciso VIII, IX e X do art. 3º c/c o arts. 65 ao 68 do decreto nº 014/E, DE 24 de fevereiro de 2026.

9.5.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º) (Decreto nº 014/E 2026, art. 67, Inciso X).

9.5.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º) (Decreto nº 014/E 2026, art. 67, Inciso XII).

9.5.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual (Lei nº 14.133/2021, art. 117, 3º). 10.8.5. Os fiscais do contrato serão nomeados dentre os servidores da Contratante, por meio de Portaria (Decreto nº 014/E 2026, art. 77, §2º).

9.5.5. Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.

10. DO PAGAMENTO

10.1. DA LIQUIDAÇÃO

10.1.1. A solicitação de pagamento deverá ser formalizada pelo Contratado, por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os documentos listados na Lei nº 14.133/2021;

10.1.2. Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após a autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento. Conforme a Lei nº 14.133/2021;

10.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



10.1.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá vir em nome da Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR, no endereço Palácio 09 de julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco – CEP: 69.305-130, CNPJ: 05.943.030/0001-55;

10.1.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.1.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

10.2. DO PRAZO E FORMA PAGAMENTO:

10.2.1. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal Planejamento, Orçamento, Finanças e Tecnologia da Informação – SMPOFTI, em até o **30 (trinta) dias**, após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura;

10.2.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser encaminhada a Secretaria Municipal Planejamento, Orçamento, Finanças e Tecnologia da Informação - SMPOFTI, em vias devidamente atestadas, após a análise e manifestação da Secretaria Municipal de Controle e Transparência – SMCT;

10.2.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária;

10.2.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

10.2.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

11.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos artigos 62 a 70, da Lei nº. 14.133/21, e demais legislações correlatas:

11.1.1. Habilitação Jurídica

a) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC
 Superintendência de Centralização de Demandas – SUCEDE
 Gerência de Processos Centralizados – GEPRO
 Divisão de TR e Pesquisa de Preços – DTRP



d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.1.2.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, inciso II, da Lei 14.133/2021).

12. DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor total da contratação do objeto do presente Termo de Referência é de R\$ 39.686,40 (Trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), conforme custos unitários e totais descritos em proposta anexa aos autos.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. SMLIC:

Unidade Orçamentária: 022001

Funcional Programática: 04.122.0081.2294.0000

Categoria Econômica: 3.3.90.39.00

Fonte de Recursos: Recurso Próprio

14. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

14.1. Aplicam-se no que couber, as disposições constantes da Lei 8.078/90 – Código Defesa Consumidor, quanto à garantia do produto e obrigações do CONTRATANTE.

14.2. O contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, atendidas a conveniência da CONTRATANTE, de forma imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, recebendo a Contratada o valor correspondente ao objeto/serviço efetivamente prestado;

15. DOS ANEXOS

15.1. ANEXO I - DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO GERAL;

Boa Vista – RR, data constante no sistema.

Consolidado por:

Assinatura Eletrônica

Raíssa Pires da Silva

Superintendente SUCEDE/SMLIC/PMBV

Autorizo:

Assinatura Eletrônica

Miguel Faustino de Carvalho Netto

Secretário Municipal de Licitações e Compras

Rua General Penha Brasil, n. 1011, São Francisco
 CEP 69.305-130, Boa Vista. RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 15/04/2026 15:48:09
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RAÍSSA PIRES DA SILVA EM 15/04/2026 15:24:18

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 228326714



Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC
 Superintendência de Centralização de Demandas – SUCUDE
 Gerência de Processos Centralizados – GEPRO
 Divisão de TR e Pesquisa de Preços – DTRP

ANEXO I					
DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO GERAL					
CATSER	DESCRIÇÃO	UND.	QTD. TOTAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
17663	INSCRIÇÕES PARA O CONGRESSO NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – CONBRASIL 2026, NOS DIAS 25 A 28 DE MAIO DE 2026	UND.	6	R\$ 6.890,00	R\$ 41.340,00
DESCONTO OFERECIDO PELA EMPRESA				R\$ 1.653,60	
VALOR TOTAL DA CONTATAÇÃO				R\$ 39.686,40	

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 15/04/2026 15:48:09
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RAISSA PIRES DA SILVA EM 15/04/2026 15:24:18

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 228326714

Rua General Penha Brasil, n. 1011, São Francisco
 CEP 69.305-130, Boa Vista, RR

